



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 57, DE 2008

(Do Sr. Leandro Sampaio)

Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família, com auxílio do Tribunal de Contas da União, promova fiscalização e auditoria na aplicação dos recursos oriundos de repasses de recursos do SUS com o Município de Petrópolis - Rio de Janeiro.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 24, inciso X; 60, inciso II e 61 do RICD, e art. 71 incisos, IV, VI, VII e VIII da CF, proponho a V.Excia. que, ouvido o Plenário dessa Comissão, sejam adotadas as providências necessárias para realizar, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle referente ao **repasso** dos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS com o Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, assim como auditoria na **aplicação dos recursos** oriundos de convênios nos últimos 05 (cinco) anos.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo a Constituição Federal cabe ao Congresso Nacional fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

Os recursos da Saúde são repassados pela União a Estados e Municípios pelo Fundo Nacional de Saúde em valores definidos pela Programação Pactuada Integrada. A transferência é condicionada a existência do Fundo de Saúde e a apresentação do Plano de Saúde, aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde.

O município de Petrópolis está vivendo dias de agonia com a situação do Hospital Santa Teresa, seu hospital mais conhecido e com maior credibilidade. O Hospital Santa Teresa é um hospital centenário que conta com mais de 500 médicos sem seu corpo de atendimento. O Hospital Santa Teresa vêm tentando desde 2004 um acordo com a Prefeitura na questão do atendimento de urgência e emergência, mesmo sem receber os valores do SUS que deveriam ser repassados pela Prefeitura.

Diante do impasse com a Prefeitura, visto que o entendimento não consegue ser feito, o Hospital Santa Teresa solicitou seu descredenciamento, restabelecido por decisão judicial.

Diante da gravidade da situação e dos transtornos criados para a população, especialmente a mais carente, considero oportuno apresentar a presente Proposta de Fiscalização e Controle – PFC, por ser o meio mais eficiente de fiscalização colocado a serviço das Comissões, permitindo que o Poder Legislativo cumpra com sua missão de fiscalizar o emprego regular dos recursos públicos nas esferas municipal, estadual e federal.

Sala das Sessões, em / /2005

Deputado Leandro Sampaio
PPS/RJ

FIM DO DOCUMENTO
